



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, RJ, 29 DE JUNHO DE 1998

Senhor Governador do Rio, meu caro amigo e companheiro, Marcello Alencar; Senhor Ministro do Planejamento, Professor Paulo Paiva; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Diretor-Presidente da Gazeta Mercantil, Doutor Luiz Fernando Levy; Senhoras e Senhores,

Apraz-me voltar aqui para discutir com os senhores alguns pontos sobre o nosso programa de integração e desenvolvimento, basicamente no que se refere à área do Sudeste do Brasil, especificamente ao Rio de Janeiro.

Quero crer que há pelo menos duas décadas não havia, no Brasil, uma ação de governo, em termos de projeto de investimento, tão abrangente e tão incisiva quanto esse programa que ficou conhecido como Brasil em Ação.

Ainda nesta manhã estivemos em Itaguaí, para a inauguração de uma parte do porto de Sepetiba, e lá se viu que o cronograma foi antecipado de quatro a seis meses, o que mostra o empenho do Governo e mostra, também, que houve uma coordenação entre vários Ministérios, entre o Planejamento, a Fazenda e os Ministérios-meios, no caso,

o Ministério dos Transportes, para que nós pudéssemos levar adiante esses projetos.

Como os senhores devem saber, são 42 projetos que não se limitam a obras de infra-estrutura física, mas, também, de infra-estrutura social, se é que eu posso chamar assim, porque se dirigem à educação, à saúde, às condições básicas, para que o País possa seguir avançando.

Nós modificamos as formas de gestão para que fosse possível dar preeminência a esses projetos selecionados. Modificar a forma de gestão significa um entrosamento maior dentro do Governo, um controle mais permanente do que se estava realizando e, sobretudo, um fluxo financeiro que não fosse interrompido, porque isso tem um desgaste, gera um desgaste, atrapalha o ritmo, aumenta as despesas, etc.

Mas também significa – e é bom sublinhar isso aqui – que o Governo não acreditava em um milagre de multiplicação. O que houve foi o trabalho de multiplicação. Ao invés de trabalharmos isoladamente e pulverizando os recursos em pequenas obras, mesmo que de interesse, nós nos juntamos à iniciativa privada, fizemos parcerias. Nós nos juntamos aos governos estaduais e, às vezes, até aos governos municipais, fizemos parcerias. E buscamos colocar os recursos – que são escassos, na órbita federal – em projetos que tivessem a capacidade de reestruturar o País, de redesenhar a geografia econômica do Brasil, se assim posso dizer, e de preparar o nosso país para um grande impulso de desenvolvimento.

Aqui há pessoas experimentadas, maduras, que sabem que tudo isso toma tempo e que essas articulações não se fazem do dia para a noite. Elas requerem um esforço concentrado e, depois, levam certo tempo para que as coisas se ponham em movimento.

Postas em movimento, as ações geram uma certa sinergia e, pouco a pouco, se vai vendo que há uma transformação efetiva na imagem que se tem do Brasil quanto – na imagem, porque refletindo a realidade – à infra-estrutura física, sobretudo quanto à infra-estrutura social, que é menos visível, leva mais tempo para aparecer, mas acabará aparecendo. Como, por exemplo, o esforço gigantesco de colocar crianças nas escolas e de melhorar o nível do professorado primário.

Ainda hoje, ou ontem – não me recordo –, lendo num jornal a avaliação feita por terceiros sobre um programa chamado Educação a Distância, com a televisão, variava de 8 a 10 a nota que os usuários davam a esse programa, porque ele mostrou uma enorme capacidade de melhorar o professorado no Brasil. Nada disso aparece. São 50 mil postos de televisão, neste Brasil imenso, mas que têm um efeito que vai se acumulando. E assim vale também para outras áreas, como a área da saúde, como a área de reestruturação da agricultura – foi penosíssimo, mas estamos conseguindo.

O fato é que nós, hoje, temos, realmente, já, um nicho do surgimento da cara do novo Brasil. Esse novo Brasil, obviamente, no que diz respeito à parte física, aparece porque nós concluímos, neste ano, 42 obras de envergadura. Entre elas, a modernização do porto de Sepetiba, que acabamos de mencionar, a hidrovia do Madeira, que provocou uma transformação enorme tanto em Rondônia quanto em Itacoatiara, no Amazonas; agora, vamos fazer melhorias nos portos, também, de Humaitá e de Santarém. Enfim, renasce toda a ocupação das hidrovias no Brasil, que haviam sido marginalizadas durante – aí, não são nem dezenas – séculos. E nós já estamos exportando grãos que são produzidos no Centro-Oeste, que saem pela hidrovia do Madeira e vão ser mais competitivos, porque isso diminui muito o preço do transporte. Estou dizendo aqueles que terminam agora ou que já estão terminados.

Do sistema associado à hidrelétrica de Xingó, convém dizer que, dos seis geradores de Xingó, cinco foram feitos durante o meu governo. Em três anos e meio, dos seis geradores, das seis máquinas geradoras, fizemos cinco. Agora, estamos fazendo o sistema integrado associado à hidrelétrica de Xingó. A hidrovia do Paraná está concluída, praticamente. E isso implica também a ponte chamada rodoferroviária, que foi recentemente inaugurada, que permite, além da hidrovia do Paraná, uma interconexão com a produção de grãos do centro do Brasil, que vai poder chegar pela Fepasa até Santos e pode fazer transbordo. A hidrovia Tietê-Paraná está praticamente concluída. Ainda falta alguma coisinha, mas é pouco.

Da mesma maneira nós fizemos o chamado Tramo-Oeste de Tucuruí, que é uma linha de energia gerada em Tucuruí que está agora, pela

primeira vez, depois que Tucuruí foi feita, servindo às populações da Amazônia, ao desenvolvimento da Amazônia. Eu estive recentemente lá, em Altamira. Estive em Tucuruí. É, realmente, alguma coisa que vale a pena ver. Além do mais, nós temos outros tramos, que vão chegar até Santarém, que o governo do Estado está fazendo, com nossa ajuda. E um outro trecho dessa mesma linha elétrica, que vai chegar a Cametá, que é em uma outra área do Pará também. Enfim, há um grande desenvolvimento posto aí como possibilidade.

Estamos fazendo a interligação do sistema elétrico do Brasil. Agora, no momento, é Norte-Sul. Isso tudo equivale, na prática, à construção de novas usinas de geração. E não nos esqueçamos também de que aqui, no que diz respeito à produção de energia atômica, aqui, no Rio de Janeiro, em Angra dos Reis, nós também estamos levando adiante o projeto Angra II, só para dar alguns exemplos. O gasoduto Brasil-Bolívia também está em franca operação.

Não vou nem falar de pavimentação, porque o Ministro sabe mais que eu o número das estradas e vou ficar aqui humilhado. Mas, pelo menos, quero lhes dizer que a 174, que é uma estrada que liga Manaus até a Venezuela, está praticamente pavimentada. Da mesma forma que, na 163, o trecho que vai de Cuiabá até a fronteira com o Pará está feito e nós já retomamos o trecho que vai de Santarém a Rurópolis. E é nosso programa para o próximo passo do projeto Brasil em Ação, para, no biênio de 99, seguir adiante nesta linha. E assim vai.

Pois bem, agora estamos preparando cerca de mais uma vintena de projetos – isso não está definido ainda –, para que nós possamos seguir o Brasil em Ação em 99, para dar continuidade a esse programa com investimentos estratégicos. Para esse período de 99, nós temos previstos cerca de 4,4 bilhões de reais. Devo dizer que a massa de recursos gasta nessa parte do Brasil em Ação na área social foram cerca de 30 bilhões e, na área de infra-estrutura básica, outros 30 bilhões, o que não quer dizer que o Governo Federal tenha posto os 30 bilhões, mas propiciou, com essas parcerias que já mencionei, esses 30 bilhões, dos quais a metade, 15 bilhões, se localiza nesta região do Sudeste.

E nós agora temos, como disse, para 99 – é o que está programado –, a continuidade disso, por exemplo: a pavimentação da BR-364, que é uma estrada importante, que vai de Cuiabá a Rio Branco, e também um trecho importante, de Rio Branco a Assis Brasil, na fronteira de Peru e Bolívia, que é a BR-317.

Isso aqui, para quem está no Rio de Janeiro e em São Paulo, pode parecer muito abstrato. Para quem mora lá, nunca houve estrada no Acre. É a primeira vez que há uma estrada pavimentada que cruza o Acre, não havia. Então, nós estamos fazendo obras que são de integração nacional. Não são obras pelo gosto de fazer obras ou porque, simplesmente, há um grupo de pressão aqui, outro grupo de pressão ali, por mais legítimos que sejam. Nós temos uma visão do Brasil.

Vamos seguir, também, como já disse aqui, o Tramo-Oeste de Tucuruí. Vamos fazer a pavimentação de uma estrada importante, que é a 230, que vai de Marabá a Altamira. Vamos duplicar o trecho rodoviário de Osório a Santa Catarina. Nós, hoje, temos a Fernão Dias, que vem de Belo Horizonte a São Paulo, sendo duplicada e quase concluída; do Rio de Janeiro, sob a forma de concessão de serviço público, a Via Dutra vai a São Paulo, a BR-116 sai de São Paulo, vai ao Paraná, estamos duplicando; a BR-101, onde na semana passada estive visitando uma obra de engenharia importante, um túnel, está em fase adiantada de avanço, e essa BR-101, que ia só até a fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, pois bem, vai até o Rio Grande do Sul, até Osório, e de lá já está duplicada e vai a Porto Alegre. De Porto Alegre nós temos uma outra estrada, que vai parar em Uruguaiana – não sei se é a 290 –, que é uma estrada, também, importante, porque são as conexões do Brasil com o Mercosul.

Bem, é claro, nós estamos trabalhando na questão do gasoduto, não é só o gasoduto da Bolívia para cá. Nós temos vários – eu não vou nem mencionar –, mas vários esforços de trazer, também, da Argentina, fontes de geração, tanto de energia elétrica quanto de gás, para o Rio Grande do Sul.

Nós agora estamos também – e isso afeta diretamente aqui, o Rio de Janeiro – fazendo o complexo de Cabiúnas, que vai permitir a ligação

de Cabiúnas, que fica, me parece, perto de Macaé, e vai se ligar com a bacia de Campos. Vamos também estender essa ligação ao Espírito Santo, para permitir, enfim, que haja um maior aproveitamento de tudo isso.

Bom, evidentemente, tudo isso tem uma capacidade de gerar emprego, porque emprego não se gera com gritaria, com demagogia, mas com trabalho, com a preparação do Brasil para se refazer como País capaz de enfrentar os desafios do próximo século. E isso, basicamente, o que nós fizemos foi transporte – hidroviário, rodoviário. A parte ferroviária, praticamente toda, hoje, funciona em regime de concessão de serviços públicos. Falta um pouco, como a Fepasa. Mas o resto já está em termos de concessão de serviços públicos, inclusive lá no Nordeste, onde ninguém imaginava que fosse possível.

Então, pavimentação de estradas, transporte rodoviário, transporte ferroviário, geração de energia, energia elétrica, energia hidrelétrica, energia a gás. Ampliamos extremamente a produção de petróleo. A Petrobras agora, dentro de poucos dias, eu diria, anunciará a abertura das áreas de concessão e vai se ver a enorme quantidade de investimento que está aberta, aí, nessas bacias todas, sedimentárias, do Brasil, que têm capacidade de geração de petróleo. Creio que essa é outra alavanca para o nosso progresso.

Nós retomamos obras de energia elétrica paralisadas. Só aqui, no Sudeste, nós temos dez usinas concedidas para a produção de energia hidrelétrica. Recentemente inaugurei, lá em Goiás, na fronteira com o Tocantins, a Serra da Mesa e, no mesmo dia, inauguramos uma outra usina em Corumbá, no sul de Goiás. Só essas duas usinas vão gerar cerca de – eu não me lembro exatamente – 1.500 ou 2.000 megawatts.

Bom, enfim, na verdade, tivemos um enorme esforço nessa direção. Inclusive na parte, como todo mundo sabe, de telefonia, de um programa que tem um nome muito feio, chama-se Past, não sei o porquê, podia se chamar “Andorinha”, alguma coisa assim. E esse projeto de investimento, na área de telecomunicações, é um projeto muito ambicioso.

O Ministro Sérgio Motta, quando estava aqui, vivo e ativo, dava números que me deixavam realmente perplexo de ver o volume de

obras e de desenvolvimento necessário, que estão em marcha. Estamos avançando, estamos fazendo as concessões, estamos privatizando e estamos avançando. Eu não vou nem continuar, porque não quero cansá-los com nomes que, provavelmente, não vão servir para todos.

No que diz respeito, especificamente, a esta área do Sudeste, que é a área do Rio de Janeiro, no que diz respeito a essa região – isso é só para visualizar um pouco mais –, já mencionei o porto de Sepetiba. Fizemos, também, a modernização do porto de Santos; a rodovia Mercosul, que mencionei, que vem lá de Belo Horizonte e vem até aqui, ao Sul. Aquele em azul são as hidrovias, eu suponho. Ali, em vermelho, são as ferrovias, como a Ferronorte, que tem a ponte que mencionei; o gasoduto Brasil-Bolívia; o porto de Sepetiba, para se ter uma idéia de que nesta região houve uma grande concentração de investimentos de infra-estrutura.

Não sei se existe alguma outra lâmina a ser mostrada. Bom, isso são, digamos, empregos assegurados. Não são empregos gerados, necessariamente. Nós estamos, hoje, com a obsessão da geração de empregos, isso é mais do que justo. Mas, tão importante quanto gerar, é manter, e isso dá condições para a manutenção de emprego. Não respondo pelos números porque não estou, realmente, por dentro de cada uma dessas obras. Provavelmente, isso foi feito com critério, para que se veja o efeito que tem tudo isso, em termos de geração de empregos, de assegurar empregos.

Isso é o Rodoanel, em São Paulo. São obras que se complementam. O complexo Cabiúnas, que mencionei, que é de gás e que vai para o Espírito Santo. A duplicação da estrada Goiânia-São Paulo. A pavimentação da 364, que pega o Triângulo Mineiro e que é importante, liga Goiás com Minas e com São Paulo. O Rodoanel é necessário. Cada obra dessa deve ser de centenas de milhões de reais e é uma obra necessária, porque, como nós estamos fazendo essas enormes interconexões, não podemos sobrecarregar mais ainda a cidade de São Paulo. É preciso que haja mecanismos para que o tráfego funcione de maneira mais adequada, mais rápida.

Isso é, simplesmente, suponho, um detalhe do que nós dissemos. Estes são projetos para 99 e eu já mencionei todos eles.

Em suma, creio que existe, aí, uma massa já bastante consistente de obras, de recursos postos à disposição do desenvolvimento do Brasil. Aqui, no Rio de Janeiro, se nós não tivéssemos avançado no porto de Sepetiba, dificilmente teria sido possível avançar em Resende, na fábrica da Volkswagen, ou em Porto Real, na fábrica da Peugeot. Tampouco seria possível ter posto a fábrica de vidro plano que foi posta lá, a Guardian. Tudo isso são efeitos, são conseqüências da crença de que nós, realmente, iríamos fazer o que fizemos, para que fosse possível, então, criar as condições para o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Na verdade, todos esses projetos geram emprego. Os cálculos são de que nesses projetos de modernização e de infra-estrutura nós tenhamos sempre uma preocupação de assegurar emprego e de gerar mais empregos.

Aqui, no Rio, além disso, o Governador tem sido muito generoso para com o Governo Federal, referindo-se sempre aos esforços feitos, além desses projetos que mencionei, ao projeto do Teleporto, que é um projeto importante também, e a uma expectativa que não foi ainda cumprida, que é o pólo gás-químico. Eu queria dizer que nós nos empenhamos muito na questão do transporte urbano, no metrô. O Governador Marcello Alencar vai inaugurar, brevemente, mais um trecho do metrô, na direção de Copacabana, se não me falha a memória e, depois, o trecho 2 do metrô, que vai para a zona norte, Pavuna, vai ser feito.

Pois bem, nós retomamos a obra de metrô, não só aqui, não. Aqui, em Belo Horizonte, em São Paulo, em Brasília. Frequentemente vejo, na televisão, propaganda do governo de Brasília sobre o metrô. É verdadeira. É feita em Brasília. O dinheiro é nosso, mas não importa. É bom para Brasília, é bom para o povo, é bom para o País. Aqui não se trata de disputar quem faz o quê. O que eu acho que é importante, e, aí, sim, vale a pena ressaltar, é que nós estamos com esse esforço que mencionei: o que nós estamos fazendo, efetivamente, é despertar o Brasil para as suas potencialidades, para mais do que as suas potencialidades, para as suas realizações, que geram novas expectativas. E há potencialidades maiores para que o Brasil avance ainda mais.

Não tenho dúvida nenhuma quanto ao que vai significar o novo milênio para um país como o Brasil. Com esse renascimento, que ape-

nas começa, da infra-estrutura do Brasil – tanto a física e sobretudo a social –, com a capacidade que o Brasil tem tido de manter um regime democrático, de ser um país capaz de entender que é necessário que exista uma convergência de pontos de vista, para que as coisas avancem, mas essa convergência não pode significar tolher outros pontos de vista. Nós temos que, realmente, manter um clima de diálogo, que, da parte do Governo, tem sido sempre o mais amplo possível, e, sobretudo, o rumo que nós hoje temos e a convicção que nós hoje temos de que isso aqui é um país que tem todas as condições para entrar no próximo milênio de forma positiva, com uma inserção na economia internacional que diga respeito aos nossos interesses, que seja uma inserção positiva para o povo do Brasil. Nós não vamos perder essa oportunidade, certamente.

Só para dizer que o mundo mudou, só para dizer que os efeitos da globalização estão aí e que, quanto mais o País se prepare para poder competir e, ao mesmo tempo, definir seu rumo, mais ele tem possibilidades de ultrapassar os obstáculos que a própria globalização muitas vezes coloca. Como esses desafios são freqüentes, no que diz respeito ao capital especulativo e ao fato de que, mesmo sem ser capital especulativo, quando há setores vitais da economia mundial – por exemplo, o Japão – que não reagem, depois de muitos anos, a conjunturas negativas, isto afeta o conjunto, acaba afetando a todos nós, pois afetou o Chile, afeta o México, acaba afetando o Brasil.

Tudo isso é verdadeiro. Mas nada disso diminui, senão que aumenta o nosso interesse em preparar o País para que ele possa, realmente, navegar nos mares tormentosos do próximo século.

O próximo século, com globalização, com tudo isso, não é um século de certezas. O Professor Hobsbawm escreveu um livro muito bonito sobre “A Era da Incerteza”. Ela está começando. Nós não temos certezas. É ilusório pensar que, porque existe um predomínio da economia de mercado, que a alocação ótima dos recursos se faz automaticamente. Não é assim. Há incertezas, também, no mercado. E, mais que isso, é preciso que haja um pensamento político. E os governos, e não só os governos, os governos articulados entre si, com a sociedade, e articulados no plano internacional, devem fazer face a essas incertezas.

Queiramos ou não, os desafios não podem mais ser resolvidos somente olhando para o umbigo. Eles têm que ser resolvidos pensando com um horizonte mais amplo, porque algumas questões são desafiantes, em nível internacional. Há as óbvias, como a ecológica. Mas há outras, também, não menos óbvias, como o tráfico de drogas, como o tráfico de armas, como o contrabando, a criminalidade, que se internacionalizou e que se juntou com o sistema financeiro, com a rapidez com que se transferem recursos.

Então, hoje, nós temos que olhar tudo isso com um horizonte mais amplo. Não podemos imaginar um padrão de desenvolvimento voltado para dentro. Isso não quer dizer que se tem um desenvolvimento voltado para fora. Essa oposição que, na época do Professor Paulo Paiva, entusiasmava a todos nós, hoje é pobre. O desenvolvimento tem que ser, simultaneamente, voltado para dentro e voltado para fora. Não existe, mais, um desenvolvimento *hacia fuera*, ou *hacia dentro*, como se dizia no jargão da literatura da Cepal.

Hoje, o desenvolvimento tem que ser pensado nesse contexto, que é internacional, que é mais amplo. Mas ele não elimina o interesse nacional, não elimina a vontade política, não elimina a necessidade de que as sociedades nacionais se organizem para essa cooperação, dentro e fora dos seus limites. É um outro momento da história – eu ousaria até dizer – da humanidade.

Então, é isso que nós estamos fazendo, que estou mostrando, até com números, até citando algumas das obras do Brasil em Ação. E há muitas obras que não são do Brasil em Ação que são muito importantes, também, e que são realizadas pelos vários governos, inclusive pelo governo do Distrito Federal.

Mas, se estou mostrando isso, não é porque creia que, com isso, se resolvem as coisas todas. Não. O que resolve, mesmo, é o País continuar sabendo o que deseja e tendo capacidade de decidir, escolher e decidir, ter estratégia. E nós temos uma estratégia de crescimento.

Isso não foi feito por acaso. Essa sinergia à que me referi e o fato de nós estarmos atuando em vários níveis, tanto social quanto de infraestrutura, estão atraindo capitais. Todo mundo sabe que os capitais

vieram. Hoje mesmo vi nos jornais um cálculo de que nós teríamos recebido, depois do real, 50 bilhões de dólares de investimento direto, não é? Mais.

Tudo isso, uma coisa vem junto da outra, vai se acumulando. Por quê? Porque nós saímos da letargia. Nós saímos da inflação, da corrupção, da desordem, da falta de projeto. Nós, hoje, temos projeto, o País tem um projeto. O projeto não é esse aqui, específico, é um conjunto. E esse projeto implica a crença em uma nova sociedade.

Essa nova sociedade são novas formas de coesão social, novas formas de solidariedade, novas formas de tomada de decisão, novas formas de participação. Não é uma coisa estanque: aqui está o econômico, aqui está o social, aqui está o político. Não é bem assim, não, é muito mais do que isso. A visão, hoje, tem que ser muito mais integrada. Os processos são interativos e de forma imediata, e são todos em tempo real, simultaneamente e momentaneamente.

Aqui me faz a correção o Doutor Luiz Fernando, são 440 bilhões, até o ano 2003. Bem, eu não sou acostumado a números tão altos, porque o Orçamento da República é baixo, mas posso avaliar que seja muito dinheiro: 50% do PIB. E, diga-se de passagem, que é só olhar a poupança, a taxa de poupança e de investimento, para verificar que nós saímos de uma situação de muito pouca poupança e investimento para uma situação que ainda não nos satisfaz, mas que já é uma situação de rumo na direção de um investimento mais forte.

E que também tenhamos muito claro esse investimento mais forte. Assim como eu disse que nós precisamos fazer uma nova sociedade com capacidade de tomar decisões e que não seja tão tosca, que não fique em oposições primárias e binárias: “Está para cá ou está para lá? É para dentro ou é para fora o desenvolvimento da economia? Mercado interno ou mercado externo? É Estado ou não é Estado?”, isso é uma coisa que não cabe mais. É uma visão muito tosca dos nossos desafios.

Então, acho que, além disso, nós temos a convicção de que, basicamente, para cimentar tudo isso, temos que ter uma nova cidadania, temos que ser cidadania. E cidadania não existe sem informação, para permitir escolha, liberdade. Ninguém tem liberdade se não tem infor-

mação, porque, se você não tem informação, vai escolher o quê? E, se não escolhe, qual é a liberdade? Liberdade para fazer o quê? Sem opção? Não.

E, daí, a imensa importância da educação. Eu repito isso quase como professor de bê-a-bá. Educação, realmente, é a pedra de toque de tudo isso. Esses investimentos todos não terão resultados se nós não melhorarmos a qualidade do homem e da mulher, do ser humano no Brasil. Isso é o fundamental. O esforço nessa área tem sido imenso, como tem sido imenso também nas áreas técnicas, especificamente no treinamento e retreinamento de mão-de-obra.

Ainda agora, na semana passada, em Santa Catarina, o Governador me disse que só naquele estado esses cursos do FAT–Fundo de Amparo ao Trabalhador treinaram 400 mil trabalhadores. Quantos terão sido feitos no Brasil? Cinco milhões. Quem sabe disso? Quem sabe que isso é algo que está sendo feito pelo Ministério do Trabalho, em cooperação com os governos estaduais, municipais, com os sindicatos? Ninguém sabe. Não importa não saber, está acontecendo. Está acontecendo.

Então, não se trata, simplesmente, da infra-estrutura. “Ah, onde é que está o social?” É outra oposição tosca. “Olha para o econômico e não olha para o social”, como se fosse possível. Meu Deus! Em que mundo nós vivemos, em que alguém pode olhar para o econômico e não para o social? É ao mesmo tempo. Ou se olha simultaneamente, ou não se teria feito o que se está fazendo.

Então, acho que, efetivamente, nós vamos ter um avanço enorme. De novo, aqui vai a cooperação. Se isso aqui for publicado, vai ser com a cooperação do Fernando Levy. E, de 1997 a 2003... Ah, do Ministro? Então – não entendo é a letra – 218 bilhões no setor de comunicações, com 5,6 milhões de empregos diretos e indiretos.

Enfim, nós estamos, realmente, plantando o futuro. Só que não é plantando para esperar que o futuro apareça; o futuro está aí. Quem viu, como eu vi, Tucuruí, Tramo-Oeste, porto do Rio Grande, porto de Sepetiba, porto do Rio de Janeiro, ponte rododiferroviária lá em São Paulo e Mato Grosso, e por aí vai, percebe que as coisas estão aí.

Então, o que eu queria lhes dizer, neste Seminário, é que a Região Sudeste, que é a região que vai, no fundo, continuar sendo, por muito

tempo, o pólo propulsor mais forte de todo esse conjunto, que é preciso continuar a investir, continuar a crer, e com essa perspectiva ampla do que seja investimento. Investimento no sentido mais abrangente e mais global.

É para isso que imagino que estejamos juntos, aqui, discutindo, neste Seminário. E é por isso, também, que, com muita alegria, aceitei vir aqui falar, ainda que brevemente, dizer-lhes o que acabei de dizer. E expressar, também, meus agradecimentos aos organizadores deste encontro, meus agradecimentos aos Ministros das áreas às quais me referi aqui e das áreas às quais não me referi, mas que têm a ver com tudo isso.

E, sobretudo, ao Governador Marcello Alencar que, como eu disse aqui, nunca poupou, generosamente, a referência aos esforços conjuntos que nós temos feito para que o Rio de Janeiro volte a ter uma possibilidade de participar no Produto Bruto do Brasil, na proporção que lhe corresponde, como um estado culto, como um estado onde a educação básica avançou bastante, um estado politizado, um estado que tem condições geográficas e econômicas favoráveis para muitos investimentos que, por sorte, para todos nós, estão chegando, e espero que cheguem em catadupas, para que, realmente, possamos, como eu digo sempre, continuar a ver, no Rio, o farol do Brasil.

Muito obrigado.